

Primeiras publicações oficiais surgiram setenta anos antes do DOE

No Pará, os primeiros impressos com expediente oficial de que se tem notícia saíram da tipografia doacaraense João Francisco de Madureira, quando a Junta Provisória do Governo Civil da Província do Grão Pará era presidida pelo Dr. Antonio Corrêa de Lacerda. Madureira do Pará, como era apelidado, em 28 de maio de 1821, apresentou à Junta do Governo um requerimento impresso na sua tipografia, no qual mostrava que sua oficina gráfica já poderia produzir documentos oficiais do governo. Assim, estava instalada a primeira imprensa no Pará, um ano antes da instalação da tipografia adquirida da Imprensa Nacional de Lisboa, por Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, em sociedade com Domingos Simões da Cunha, José Baptista da Silva e Daniel Garção de Melo. Foram eles que publicaram o jornal “O Paraense”, cujo primeiro número circulou no dia



Fac-símile da primeira edição do Diário Oficial do Estado, de 1891

22 de maio de 1822.

Em seguida, outras publi-

cações surgiram como o “Correio Oficial Paraense” lançado no

governo provincial de Bernardo Lobo de Sousa, em 1834. Publicava atos oficiais e era editado pelo cônego Gaspar Siqueira de Queiroz. Tal publicação, com caráter de Diário Oficial, funcionou por pouco tempo: apenas seis meses, quando os cabanos, vitoriosos, suspenderam a circulação.

Em 1840, “O Treze de Maio”, jornal fundado por Honório José dos Santos, firmou contrato com o governo da antiga província para publicação de todo o expediente oficial. Esse contrato fora transferido para outros jornais até a implantação da República, quando os expedientes passaram a ser publicados no jornal “A Província do Pará”. A partir do dia 11 de junho de 1891, os atos da administração pública passaram a ser publicados no Diário Oficial do Estado.

IOE já foi extinta

Durante sua longa trajetória, a Imprensa Oficial do Estado passou por várias fases. A Lei nº. 1.081, de 14 de outubro de 1909, sancionada pelo governador João Antonio Luiz Coelho, autorizava a extinção da IOE, passando os serviços às oficinas tipográficas do Instituto Lauro Sodré.

Em 05 de março de 1921, o governador Antonino Emiliano Sousa Castro, através do Decreto nº. 3.806, extinguiu o órgão, passando os atos da administração pública a serem publicados no jornal Folha do Norte. Mas, três meses depois, no dia 11 de junho de 1921, a IOE reaparecia.

Em 1933, época do

governo revolucionário, o Diário Oficial foi extinto por meio do Decreto nº 837, de 09 de janeiro, expedido pelo interventor Magalhães Barata. E, no mesmo decreto, o interventor criava outro órgão oficial com o título de Diário do Estado. Passaria a publicar, além dos atos das administrações estadual e municipal, notas informativas de interesse do governo revolucionário. Em 18 de junho de 1935, o governador José Carneiro da Gama Malcher, por intermédio do Decreto nº. 1.692, extinguiu o Diário do Estado e restaurava o Diário Oficial que passaria a publicar, exclusivamente, os atos dos poderes públicos.

Controvérsias

Há controvérsias sobre a data de criação da Imprensa Oficial do Estado. Alguns historiadores consideram o dia 14 de abril de 1890. Nessa data, o governador Justo Leite Chermont assinou o Decreto nº. 137 que criava a Imprensa Oficial como órgão da estrutura administrativa do Estado.

Também há quem entenda que a data da criação deve ser a de circulação do primeiro exemplar do Diário Oficial: 11 de junho de 1891. Outra data em discussão é o ano de 1821, quando oacaraense João Francisco

Madureira produziu, em sua própria gráfica, impressos com expediente oficial para a Junta Provisória do Governo Civil da Província do Grão Pará.

Controvérsias à parte, a Imprensa Oficial do Estado considera todas as datas importantes para a manutenção desta instituição tão essencial ao governo do Estado. E renova a data de hoje, 14 de abril, como a que representa, oficialmente, o ato de criação da IOE como órgão estadual, assinado pelo governador Justo Leite Chermont.